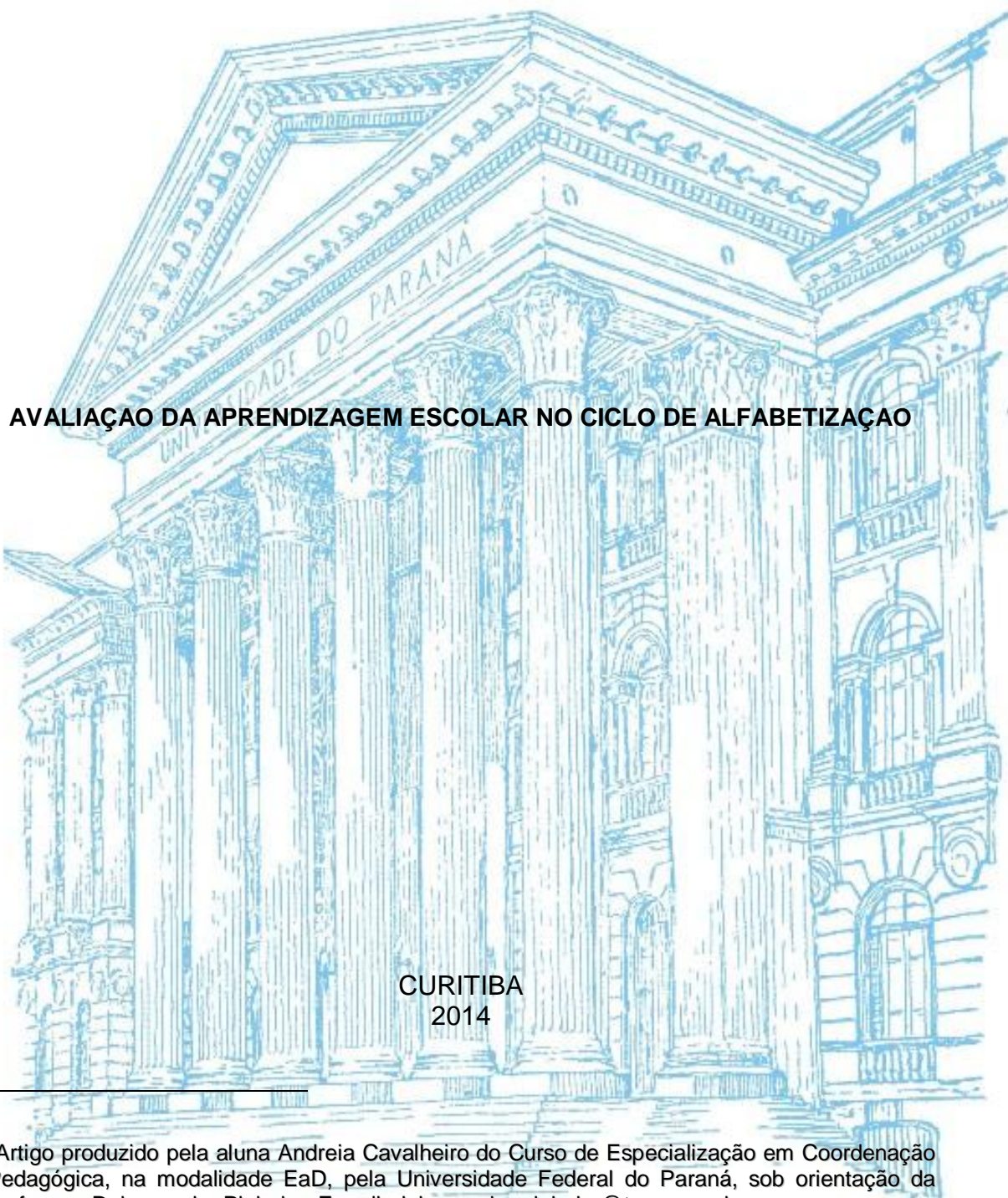


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

NOME: ANDREIA CAVALHEIRO *



AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

CURITIBA
2014

*Artigo produzido pela aluna Andreia Cavalheiro do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professor Dalessandro Pinheiro. E-mail: dalessandro.pinheiro@terra.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ANDREIA CAVALHEIRO *

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Dalessandro Pinheiro

CURITIBA
2014

*Artigo produzido pela aluna Andreia Cavalheiro do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professor Dalessandro Pinheiro. E-mail: dalessandro.pinheiro@terra.com.br

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

RESUMO Este artigo aborda aspectos importantes da proposta avaliativa da aprendizagem escolar no ciclo de alfabetização, bem como seu monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem das crianças. A compreensão da avaliação como processo permanente de aprendizagem, dinâmico e transformador do contexto social, político, econômico e cultural. Contrapondo-nos a uma concepção de escola seletiva na qual avaliação tinha como objetivo medir resultados finais em detrimento da aprendizagem, considerando a importância da avaliação no ciclo de alfabetização, analisando e construindo instrumentos de avaliação e de registro de aprendizagem. Compreendendo nesse processo avaliativo o professor, o aluno, a escola, e a família. Nesse sentido, uma proposta avaliativa na alfabetização necessita ponderar a perspectiva que não exclui a criança, mas que a agrega ao processo de construção do conhecimento, considerando todas as variáveis possíveis. Entendendo o processo de avaliação na escola por meio do qual o educador recolhe e analisa as informações sobre o ensino e a aprendizagem, definindo articulações de intervenção pedagógica que contribui para o alcance dos objetivos propostos para cada etapa do processo educacional.

Palavras-chave: Avaliação, ciclo de alfabetização, processo, educando.

ABSTRACT: This article discusses important aspects of school learning in literacy proposal evaluation cycle as well as its monitoring of the teaching and learning process of children. The understanding of the assessment as a permanent learning process, the dynamic and transformative, political, economic and cultural context. Opposed us a conception of selective school where assessment was intended to measure final results at the expense of learning, considering the importance of assessing the literacy cycle, analyzing and constructing assessment instruments and record learning. Understanding that the teacher evaluation process, the student, school, and family. In this sense, an evaluative proposal literacy needs to consider the prospect that does not exclude the child, but that adds to the knowledge construction process, considering all possible variables. Understanding the evaluation process at the school through which the teacher collects and analyzes information on teaching and learning, defining joints of pedagogical intervention that contributes to the scope proposed for each step of the educational process goals.

KEY-WORD: Assessment literacy cycle process, educating.

1. Introdução:

A avaliação constitui-se um processo por meio do qual o educador recolhe e analisa as informações sobre o ensino e a aprendizagem, definindo a articulação da intervenção pedagógica que contribui para o alcance dos objetivos propostos para cada etapa do processo educacional. Nesse sentido é importante entender sobre a avaliação na sua especificidade na aprendizagem escolar no ciclo de alfabetização enquanto etapa da educação Básica.

Refletir a respeito dos princípios que estão guiando a ação pedagógica em sala de aula nos remete à avaliação. Nessa perspectiva, propõe-se o seguinte questionamento: a minha prática docente é voltada à ação de valorizar uma aprendizagem reprodutiva, baseando-se na memorização e repetição de informações ou de possibilitar ao aluno refletir e desenvolver um pensamento autônomo, criativo produzido por ele mesmo, enfim, de valorização de uma aprendizagem significativa?

A partir de instrumentos pré-definidos, destacando-se a observação, é possível analisar e acompanhar o processo de construção do conhecimento de cada criança e redirecionar o trabalho desenvolvido, conforme as necessidades e dificuldades encontradas.

A avaliação da aprendizagem no ciclo de alfabetização, ou seja, no processo de alfabetização das crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, sem dúvida é promover a aprendizagem dos estudantes, tendo-se como pressuposto que não são apenas as aprendizagens dos conteúdos das disciplinas que nos interessam. Como é exposto por Santos, Lucíola e Paraíso (1996, p. 37), “o currículo constrói identidades e subjetividades: junto com os conteúdos das disciplinas escolares, adquirem-se na escola percepções, disposições e valores que orientam os comportamentos e estruturam as personalidades”.

Desse delineamento inicial, emerge o objetivo principal deste estudo que será desvendar a teia de fatos, que são conduzir estratégias didáticas que favoreçam o desenvolvimento integral, sem perder de vista que existem conhecimentos e habilidades que precisam ser dominados pelos estudantes e

que é papel da escola garantir que sejam aprendidos/desenvolvidos. Em seguida, tentar mostrar um encaminhamento que possibilite uma transformação de tal situação.

Para compreender essa temática, retornamos alguns princípios como: compreender a importância da avaliação no ciclo de alfabetização, analisando e construindo instrumentos que possibilite subsídios que ajudem a elaboração de estratégias a fim de superar as dificuldades apresentadas pelo aluno. Destacando que são meios e não fins em si mesmos, estando delimitadas pela teoria e prática. Dimensionada por um modelo teórico trazido em prática pedagógica.

Segundo André e Passos (2002), a avaliação vista como instrumento de aprendizagem e investigação didática pode trazer contribuições tanto para o professor melhorar seu ensino como para o aluno se perceber em seu próprio processo de aprendizagem. Nesse sentido, as autoras afirmam que esta perspectiva avaliativa,

Por um lado, indica ao aluno seus ganhos, sucessos, dificuldades, a respeito das distintas etapas pelas quais passa durante a aprendizagem e ao mesmo tempo permite a construção/ reconstrução do conhecimento. Por outro lado, indica ao professor como se desenvolve o processo de aprendizagem e, portanto, o de ensino, assim como os aspectos mais bem-sucedidos ou os que exigem mudanças (ANDRÉ E PASSOS, 2002, P.182).

Assim perceber a avaliação dessa maneira, não conduz somente a mudanças na escolha das estratégias de ensino, mas principalmente, no modo como se está concebendo o ensinar e o aprender.

2. A AVALIAÇÃO NA ESCOLA

A avaliação constitui-se em um processo por meio do qual o educador recolhe e analisa as informações sobre o ensino e a aprendizagem, definindo articulações de intervenção pedagógica que contribui para o alcance dos objetivos propostos para cada etapa do processo educacional. Avaliar seria um processo de autoconhecimento e, também, o conhecimento da realidade e da relação dos sujeitos com essa realidade. Seria um processo de análise,

julgamento, re-criação e/ou ressignificação das instituições que fazem parte dessa realidade e das pessoas que a mantêm.

As funções da avaliação são potencialmente duas: o diagnóstico e a classificação. Da primeira, supõe-se que permita ao professor e ao aluno detectar os pontos fracos deste e extrair as conseqüências pertinentes sobre onde colocar posteriormente a ênfase no ensino e na aprendizagem. A segunda tem por efeito hierarquizar e classificar os alunos. A escola prega em parte a avaliação com base na primeira função, mas a emprega fundamentalmente para a segunda. (ENGUITA, 1995, p. 23)

A concepção de avaliação que perpassa essa lógica é a de um processo que deve abranger a organização escolar como um todo: as relações internas à escola, o trabalho docente, a organização do ensino, o processo de aprendizagem do aluno e, ainda, a relação com a sociedade.

Nessa perspectiva torna-se fundamental a constituição de um conceito de avaliação escolar que atenda às necessidades de escolarização das camadas populares, porque são elas que mais têm sofrido com o modelo de escola atual. E, se o movimento amplo da sociedade impõem um novo tipo de escola, impõem, também, a necessidade de um novo referencial para a constituição dos processos de avaliação.

A avaliação (...) tem de adequar-se à natureza da aprendizagem, levando em conta não só os resultados das tarefas realizadas, o produto, mas também o que ocorreu no caminho, o processo. Para isso é preciso observar: Que tentativas o aluno fez para realizar a atividade? Que dúvidas manifestou? Como interagiu com os outros alunos? Demonstrou alguma independência? Revelou progressos em relação ao ponto em que estava?" (ENGUITA, 1995, p. 23)

Questionam-se, assim, os processos de avaliação da aprendizagem dos alunos que estão, usualmente, centrados num desempenho cognitivo, sem referência a um projeto político-pedagógico de escola, e, ainda, o sentido das avaliações escolares que se têm direcionado, especialmente, para o ato de aprovar ou reprovar os alunos.

A avaliação deve servir para subsidiar a tomada de decisões em relação à continuidade do trabalho pedagógico, não para decidir quem será excluído do processo (ENGUITA, 1995, p. 23).

Em oposição, o conceito alternativo de avaliação baseia-se na perspectiva de Inter estruturação do conhecimento, entendendo a ação de avaliar como processual e reveladora das possibilidades de construção de um processo educativo mais rico e mais dinâmico. Parte do pressuposto de que as diferenças são positivas e fundamentais para o crescimento dos sujeitos no processo de conhecimento da realidade.

A avaliação é apresentada como recurso a ser usado na atividade escolar, como forma de promoção dos alunos, de uma série para a seguinte, na trajetória escolar. Sendo necessário ter clareza de que não são apenas as crianças que devem ser avaliadas no processo educativo. É preciso avaliar o sistema de ensino, o currículo, a escola, o professor e os próprios processos de avaliação.

Para a avaliação do sistema de ensino, existem mecanismos específicos, com programas já consolidados internacionalmente, como o PISA, e nacionalmente, como o Prova Brasil, ou no âmbito dos próprios estados brasileiros. Tais avaliações podem servir de ponto de partida para se pensar a prática pedagógica, no entanto, se propõem a uma visão macro, do que ocorre no país ou na rede de ensino. Elas são pensadas para orientar políticas públicas de gerenciamento das redes de ensino, de formação de professores, de escolha de recursos didáticos, dentre outras, mas não são dirigidas à reflexão do que ocorre no interior de uma sala de aula, com suas singularidades.

Para a avaliação do currículo são necessárias estratégias de discussão acerca do que está prescrito nos documentos oficiais e do que é praticado nas escolas. Os resultados das avaliações em larga escala podem contribuir para tal tipo de reflexão, para que se possa articular o que nos propomos a ensinar e o que avaliamos com base nos instrumentos oficiais, mas são muitos os tipos de dados que precisam ser levados em conta para tal avaliação, como, por exemplo, a relação entre o que se propõe a ensinar e as expectativas e desejos das comunidades onde as escolas estão inseridas. Assim, a avaliação do currículo precisa ser realizada por diferentes participantes do processo educativo da escola: equipes pedagógicas das secretarias e das escolas, professores, comunidades onde as escolas estão inseridas, estudantes, entre

outros. Tal avaliação, portanto, comporta diferentes dimensões da prática pedagógica e é impactada pelas avaliações em larga escala.

A escola também precisa ser avaliada, pois a organização interna da unidade educacional e o monitoramento das ações, pautados a partir do projeto político pedagógico construído coletivamente, têm impacto sobre a aprendizagem das crianças. Por meio do Projeto Político Pedagógico, podem-se definir coletivamente as prioridades de ensino, as estratégias didáticas e os projetos a serem elaborados coletivamente. Pode-se, também, construir opções variadas para atender aos estudantes, considerando suas diferentes necessidades. A própria escola tem condição de elaborar projetos, por exemplo, para garantir a aprendizagem de crianças que não se apropriaram de conhecimentos previstos para uma determinada etapa escolar. Desse modo, a construção e a avaliação permanente do projeto político pedagógico da escola, assim como o monitoramento e a avaliação contínua das ações realizadas para dar conta do que foi proposto coletivamente são imprescindíveis. É necessário, portanto, prever modos de avaliação coletiva da própria escola.

A avaliação do professor também se faz necessária. Sem dúvidas, não apenas o professor é responsável pela aprendizagem das crianças, mas ele tem papel crucial nesse processo, pois é quem está no dia a dia com os estudantes. A autoavaliação realizada com base na reflexão de sua própria ação, a avaliação feita pelos pais e pelos estudantes auxilia o professor a pensar quais são seus “pontos fortes” e onde ele pode melhorar. A formação continuada deve servir de ponto de partida para esse revisitar da prática diária.

A voz dos estudantes também precisa ser encarada como central no processo de avaliação dos docentes. Lima (2011), ao entrevistar crianças após as aulas de duas professoras, perguntando a elas se a aula tinha sido boa ou se elas não tinham gostado, verificou que as crianças tinham critérios consistentes para avaliar as docentes. Dentre outras, foram explicitadas respostas que evidenciavam o quanto as crianças valorizavam as aulas em que “os conteúdos eram importantes para a vida”, “as atividades eram boas”, “havia vários tipos de atividades”, “a ordem das atividades era interessante”, “os assuntos trabalhados em uma aula também eram ensinados em outras aulas”, “as aulas tratavam de assuntos relativos a mais de uma disciplina”, “as atividades não eram muito difíceis”, “a professora ajudava a realizar a

atividade”, “a professora explicava bem” e “os textos eram bons”. Vê-se, com isso, que é preciso conversar com as crianças para saber o que pode motivá-las mais a participar das aulas.

Os resultados de aprendizagem das crianças também é um bom parâmetro da autoavaliação. Se as crianças não estão aprendendo o que se pretende ensinar, é preciso analisar se as estratégias de ensino e de mediação podem ser melhoradas. Por isso, ter boas estratégias para avaliar as crianças é necessário para que se possa avaliar a própria prática. Por fim, a avaliação da aprendizagem, que é o nosso principal tema, perpassa todas as outras avaliações. O objetivo central da escola, sem dúvidas, é promover a aprendizagem dos estudantes, tendo-se como pressuposto que não são apenas as aprendizagens dos conteúdos das disciplinas que nos interessam. Como é exposto por Santos, Lucíola e Paraíso (1996, p. 37), “o currículo constrói identidades e subjetividades: junto com os conteúdos das disciplinas escolares, adquirem-se na escola percepções, disposições e valores que orientam os comportamentos e estruturam as personalidades”.

Assim, o professor precisa estar atento à avaliação dos estudantes, para conduzir estratégias didáticas que favoreçam esse desenvolvimento integral, sem perder de vista que existem conhecimentos e habilidades que precisam ser dominados pelos estudantes e que é papel da escola garantir que sejam aprendidos/desenvolvidos.

E a partir da avaliação do aluno, que o professor mantém ou reformula seus planos. Ocorre que todas as decisões nem são neutras nem arbitrárias. Os professores devem respeitar o indivíduo e a sociedade a qual está inserido. Atento à diversidade de sala de aula, aos diferentes tempos de aprendizagem, buscando atender às necessidades dos alunos, com estratégias de ensino acessíveis a qualquer estudante. E como a avaliação não é um processo indissociável das práticas de ensino, é o professor que tem condições de fazer essa avaliação mais ampla.

Se os professores criarem limites para as ações dos alunos, estes não conseguirão construir seus pensamentos e por causa disto podem estagnar ou até retrocederem. A construção do conhecimento está vinculada à história do aluno, através de experiências já vivenciadas na vida real e na atividade prática.

O aluno se sente estimulado a trabalhar de forma produtiva quando percebe que há uma finalidade na proposta do professor, onde seus resultados estão sendo valorizados ou reestudados juntamente com o professor e que seu desempenho é comparado com ele próprio e que seus progressos e dificuldades são vistos a partir de seu próprio padrão de desempenho, necessidades e possibilidades.

Os testes referentes aos critérios servem para obter informações sobre o conhecimento específico do estudante, geralmente contempla unidades de conteúdos relativamente pequenos. O resultado mostra o que o aluno sabe ou pode fazer, e não procura discriminar diferentes níveis de rendimentos.

O professor como mediador, deve criar uma situação provocante para causar desequilíbrio em relação ao assunto proposto, favorecendo com isto a tomada de consciência do aluno e a percepção de que ele tem o poder de mudanças e transformação.

A avaliação da aprendizagem neste contexto buscará ir além da simples aplicação de testes, provas e tentará verificar o rendimento através da produção livre, relacionamentos, expressões próprias, explicações práticas, simulações etc. (LUCKESI, p. 65)

O fracasso escolar durante algum tempo foi relacionado à deficiência intelectual e à pobreza, pois um dos fatores de destaque era a falta de alimentação básica e as doenças oriundas de um ambiente sem o mínimo de higiene na qual a criança está inserida, intervindo no rendimento escolar da mesma. Porém, é importante lembrar, que o fracasso escolar pode ser gerado a partir da escola. Entretanto, convivemos ainda com a predominância dos aspectos biológicos, emocionais, culturais e familiares para explicar as causas do fracasso escolar. Como diz Patto (1996), o preconceito e a desvalorização impregnam toda a prática escolar *“desde as discussões referentes à política educacional até a relação diária de professores com seus alunos”*.

Persistindo a tendência em se vincular o fracasso escolar à “deficiência” do aluno, na escola, muitas vezes, as crianças são tratadas como “incompetentes”, sem o direito de se expressarem, cabendo ao professor inculcá-lhes “o” saber. A não adaptação a esse saber é um problema exclusivo

da criança-aluno, que por razões pessoais, emocionais, culturais, familiares, etc., não consegue se sair bem.

O professor é figura principal no contexto do ensino. Sendo ele o principal agente educativo, é evidente que melhorias no ensino terão mais chance de ocorrer se a ele forem dadas condições adequadas de trabalho.

Dessa maneira, a instituição educacional buscará capacitá-los, para que ele possa desenvolver de modo mais eficiente e possível as atividades didático-pedagógicas; Incentivará o desenvolvimento de seu espírito crítico, para que ele possa formar o aluno para esse fim; fornecerá a ele condições de trabalho digno, tais como salário, plano de carreira etc, chamando-o a participar ativamente em decisões importantes do processo de ensino.

Assim a avaliação nas instituições deve: encorajar a comunicação entre colegas e subordinados, envolvendo problemas comuns e a solução deles em colaboração; diminuir a desconfiança entre os vários níveis do sistema educativo; facilitar o clima para mudanças e melhorias; encorajar a autocrítica e o desenvolvimento pessoal. (HAYAT, 1992, p. 67)

Com base nestes pressupostos, a realidade do processo avaliativo é completamente oposta à filosofia da educação problematizadora necessária em nossas escolas. Cujas responsabilidades não é competência única do professor, mas sim de todos os elementos integrantes do processo educacional (alunos, pais e administradores). Essa centralização no professor apenas consolida o modelo econômico mundial e suas relações de poder, plenamente exercida em nossas escolas.

3. AVALIAÇÃO NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO: O MONITORAMENTO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGENS DAS CRIANÇAS.

A avaliação tem ocupado um lugar central no conjunto de preocupações dos professores no cotidiano das escolas brasileiras. Isso porque é através dela que conseguimos analisar diferentes aspectos educacionais, em diversos âmbitos: currículo, planejamento, ensino e aprendizagem.

O ciclo de alfabetização, ao ser concebido como etapa escolar de três anos, assegurando que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito

anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Tendo a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafo fônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos. Nesse sentido, uma proposta avaliativa no ciclo de alfabetização precisaria ponderar a perspectiva que não exclui a criança, mas que a agrega ao processo de construção do conhecimento, considerando todas as variáveis possíveis.

Dentro dessa visão, a alfabetização é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual, pois o professor alfabetizador tem a função de auxiliar na formação para o bom exercício da cidadania. Para exercer sua função de forma plena é preciso ter clareza do que ensina e como ensina. Para isso, não basta ser um reprodutor de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico. É preciso ter clareza sobre qual concepção de alfabetização está subjacente à sua prática. É com base nessa investigação que se pode propor estratégias de intervenção para garantir as aprendizagens a que os estudantes têm direito. Por esse motivo, Hoffmann (1992) defende que: é urgente encaminhar a avaliação a partir da efetiva relação professor e aluno em benefício à educação do nosso país, contrapondo-se à concepção sentenciosa, grande responsável pelo processo de eliminação de crianças e jovens na escola.

Silva (2003) também alerta para a necessidade de conceber a avaliação como um processo para garantir as aprendizagens e não para “reprovar ou excluir os estudantes”. O autor defende a “opção por uma educação que supere a crise do paradigma educacional centrado no ensino, onde a escola apenas se responsabiliza por ensinar de forma linear e uniforme, ficando à sorte dos alunos aprenderem” (SILVA, 2003, p. 8).

Partindo de tais princípios, consideramos necessário discutir sobre a avaliação da aprendizagem, articulando tal debate às discussões acerca dos direitos de aprendizagem das crianças no processo de alfabetização. Delimitando o que as crianças precisam aprender, torna-se mais clara a ação avaliativa. Ainda assim, é preciso se pensar em quais são as estratégias de avaliação a serem adotadas e quais tipos de instrumentos favorecem mais a

identificação do que os estudantes aprenderam em relação a determinado conteúdo.

Os objetivos das avaliações não se relacionam mais à simples medição de conhecimentos para determinar se estão aptos a progredir nos estudos, mas à identificação dos conhecimentos que os estudantes já desenvolveram, com o objetivo de fazê-los avançar em suas aprendizagens. Além disso, nessa perspectiva, a avaliação atende a diferentes objetivos, como alguns apontados por Leal (2003, p.20):

identificar os conhecimentos já construídos pelos alunos, a fim de planejar as novas atividades de ensino de forma ajustada, isto é, considerando as aprendizagens que eles já desenvolveram, as dificuldades ou lacunas que precisam superar;
decidir sobre a necessidade ou não de retomar o ensino de certos itens já ensinados ou de usar estratégias de ensino alternativas, a partir da verificação do que os alunos aprenderam;
decidir sobre se os alunos estão em condições de progredir para um nível (série, ciclo, etc.) escolar mais avançado.

Nessa perspectiva, avalia-se tanto os alunos, para mapear seus percursos de aprendizagem, como as práticas pedagógicas com o objetivo de analisar as estratégias de ensino adotadas de modo a relacioná-las às possibilidades dos educandos. Como abordado por Ferreira e Leal (2006), “é papel da escola ensinar, favorecendo, por meio de diferentes estratégias, oportunidades de aprendizagem, e avaliar se tais estratégias estão sendo de fato adequadas”(p.16)

Entendemos que, se a escola não tiver claramente disposto um currículo organizado e os critérios avaliativos definidos, a avaliação pode não possibilitar o avanço das crianças e a intervenção docente, podendo promover a exclusão interna. Não atenderá, portanto, aos diferentes objetivos propostos. Alertamos, no entanto, para o fato de que, se o ciclo da alfabetização romper com a repetência e a evasão, não necessariamente o nível de êxito nas aprendizagens pelas crianças aumentará. São necessários mecanismos para atender a todas as crianças, para que avancem por meio das progressões e sucessões necessárias para o aprofundamento dos conteúdos a cada ano.

Os direitos de aprendizagens permitem, nesse contexto, planejar e orientar as progressões do ensino e das aprendizagens, delimitando os saberes que devem ser construídos pelas crianças ao final de cada ano escolar

do ciclo de alfabetização. Estes não devem ser entendidos como formas padronizadas, mas como caminhos a serem construídos por cada criança na sua singularidade, na perspectiva que norteia a proposta escolar seriados ou ciclados estabeleçam o que deve ser ensinado em cada ano escolar e construam estratégias didáticas para que os estudantes progridam em seus conhecimentos, respeitando-se a heterogeneidade do grupo. É necessário pensar também em formas de acompanhamento daqueles que não alcançaram as metas pretendidas para o ano e que vão prosseguir em seus estudos, de modo a garantir que não sejam excluídos do grupo.

Conforme destaca SILVA: (2003 p.12-13)

Considerar as potencialidades e permitir uma abertura para novas capacidades requer mudança de postura do professor, que irá investir mais nos alunos. Isso repercutirá no modo como concebe a avaliação, que auxiliará no diagnóstico, no acompanhamento e em novas propostas para o desenvolvimento dos alunos, diversificando as estratégias utilizadas para melhorar a aprendizagem. No paradigma educacional centrado nas aprendizagens significativas, a avaliação é concebida como processo/instrumento de coleta de informações, sistematização e interpretação das informações, julgamento de valor do objeto avaliativo através das informações tratadas e decifradas, e por fim, tomada de decisão (como intervir para promover o desenvolvimento das aprendizagens significativas).

Nessa perspectiva de avaliação, é importante pensarmos em: Por que e para quê avaliar? Para quem? Onde? Quando? O quê? Como? Com quem? Quais os resultados das ações empreendidas?

Nessa perspectiva de avaliação, é importante considerar que a avaliação visa gerar informações para que professores e alunos possam refletir e criar estratégias de superação dos limites e ampliar suas possibilidades sobre cada eixo da língua trabalhado. Ao conhecer as formas pelas quais as crianças aprendem, o professor poderá planejar melhor a sua intervenção pedagógica, pois mapear a reação da criança à intervenção docente é a razão de ser do processo avaliativo em sala de aula, considerando os percursos diferenciados. A proposta é de potencializar a formação das crianças, garantindo a

continuidade da aprendizagem ao longo dos três anos e o monitoramento da aprendizagem pelas crianças

4. Considerações finais:

As reflexões aqui apresentadas nos mostram a importância da avaliação no processo de alfabetização, focando diferentes eixos do ensino da língua. Desse modo, oportunizar na prática docente momentos em que diferentes aspectos sejam avaliados é fundamental.

Para isso, o professor pode utilizar diferentes instrumentos que possam identificar os conhecimentos e habilidades já alcançadas pelos estudantes e o que eles ainda precisam dominar, bem como, as dificuldades encontradas nesse percurso, lembrando sempre de considerar as especificidades de cada criança, garantindo, assim, a progressão entre os anos do ciclo de alfabetização.

Salientamos que nem sempre é possível avaliar ao mesmo tempo todas as habilidades, entretanto é importante que o professor planeje e garanta momentos para diagnosticar os estudantes e, diante de tais informações, redimensione sua prática, buscando a progressão das aprendizagens.

No ciclo da alfabetização é muito importante ter clareza quanto aos conhecimentos subjacentes a cada ano. Sabendo o que devemos ensinar em cada etapa de escolarização, fica mais fácil saber que ações devem ser desenvolvidas para que essa aprendizagem seja possível. É preciso também ter clareza do que se vai avaliar em cada uma dessas atividades e para que se está avaliando. Conclui-se, portanto que falar em avaliação é sempre um tema complexo e difícil de praticar. Onde almejamos sempre o melhor para os alunos e para a entidade escolar.

A avaliação dá ênfase às atividades críticas, capacidade de síntese e elaboração pessoal de cada aluno e a incorporação da avaliação do aproveitamento e da apuração da assiduidade no processo de verificação do rendimento escolar.

Assim a avaliação da aprendizagem é um ato rigoroso de acompanhamento da aprendizagem do educando, ou seja, ela permite tomar conhecimento do que aprendeu e do que não se aprendeu e reorientar o

educando para que supere suas dificuldades e carências, na medida em que o que importa é aprender. Considerando, portanto, a importância da elaboração de uma proposta de continuidade e aprofundamento dos conhecimentos a serem explorados na busca pela efetivação da progressão escolar da criança e de suas aprendizagens a cada ano do ciclo, garantindo o seu direito à alfabetização em tempo oportuno.

Desse modo, trabalhar com a avaliação significa investir no processo, garantindo resultados satisfatórios. Diferente de trabalhar com exames, ideário a partir dos quais esperamos resultados satisfatórios. Sinalizamos que atuar como avaliador é agir como jardineiro e, agora, estamos sinalizando que atuar como examinador é agir como semeador.

5. Referências bibliográficas

ENGUITA, M. **Artigo da Publicação Raízes e Asas**. n. 8. São Paulo: CENPEC, 1995.

HAYAT, Regina Cazank. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1992.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BRASIL, Secretária de Educação Básica Diretoria de Apoio a **Gestão Educacional**, Brasília: MEC, SED, 2012.

SILVA, Janssen Felipe da. **Avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa reguladora**. In: SILVA, Janssen F.; HOFFMANN, Jussara & ESTEBAN, Maria Teresa. Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Dimensão, 2003.

MARCUSCHI, Beth. **O texto escolar: um olhar sobre sua avaliação**. In: 262-276, MAIO/AGO, 1999. MARCUSCHI, Beth e SUASSUNA, Livia, **Avaliação em língua portuguesa: contribuições para a prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

REPENSANDO O FRACASSO ESCOLAR: REFLEXÕES A PARTIR DO DISCURSO DO ALUNO
<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chromeinstant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=fracasso+escolar+de+quem+%C3%A9+a+culpa> acessado em 22/05/2014